

MARIÁTEGUI EN NUESTRO TIEMPO: LECCIONES PARA EL MARXISMO Y PARA LA AMÉRICA LATINA CONTEMPORÁNEA¹

Danilla Aguiar*

Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN - Brasil

Resumen: Las dos últimas décadas del siglo XXI y sus cambios políticos trajeron nuevas cuestiones teóricas para pensar la América Latina contemporánea. El proyecto teórico-político de intelectuales latinoamericanos denominado movimiento decolonial, que surge con el argumento de resistencia al occidental-centrismo y la consecuente renovación crítica de las Ciencias Sociales en el subcontinente, pretende ampliar el potencial explicativo de la teoría social, así como viabilizar pronósticos emancipatorios. Nuestro principal objetivo es indicar que es posible realizar una síntesis fecunda entre la decolonialidad y el marxismo en su vertiente no eurocéntrica, sin caer en un esencialismo epistemológico, ni perder el vínculo analítico de que se hace necesario completar la formación económico-social del subcontinente trillando un proyecto revolucionario. Esta discusión fue indicada por el peruano José Carlos Mariátegui en la primera mitad del siglo XX al presentar en sus obras el papel a ser desarrollado por los pueblos autóctonos en busca de la autonomía, teniendo en cuenta las especificidades latinoamericanas utilizando un aparato teórico revolucionario, siendo el precursor del encuentro entre Marx y América Latina. Completados más de 90 años de publicación de los "Siete Ensayos de interpretación de la realidad peruana", Mariátegui se muestra actual al indicar la aproximación de la concepción tradicional de la política marxista de los subalternos, buscando una asociación entre saber intelectual y voluntad colectiva.

Palabras-clave: Mariátegui. Decolonialidad. Marxismo. América Latina.

Introdução

Mariátegui nos convida a descobrir. Remete-nos, com sua permanente inclinação à polêmica, a necessidade de resgatar a contradição e o pensamento crítico no desenvolvimento do pensamento marxista. Enquanto via na Rússia de 1917 o modelo de revolução bolchevique triunfante, propunha, por outro lado, que o socialismo na América Latina não poderia ser nem decalque, nem cópia. Em sua curta vida, experimentou uma saúde frágil, que não o impediu de viajar parte da Europa, exilado e perseguido por um regime político repressivo, quando justamente se aproximou do marxismo e do clima político-cultural da revolução, sem deixar de mirar o Peru. Estabeleceu diferenças com os camaradas da Internacional Comunista, que recusavam sua reivindicação do comunitarismo indígena como fator revolucionário. Sua capacidade de criação intelectual foi incontestavelmente heroica, contemplando os anseios dos

¹ Este trabalho é fruto da minha tese de doutorado, de título *Entre a subalternidade e o socialismo indoamericano: existe um pensamento marxista decolonial?*, defendida em 2017 no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de Campina Grande/ UFCG, Paraíba, Brasil.

* Professora do Departamento de Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN/Brasil). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas PRÁXIS: Estado e Luta de Classes na América Latina (UFCG/CNPq/Brasil) e do Laboratório de Educação, Novas Tecnologias e Estudos Étnico-Raciais – LENTE (UFRN/CNPq/Brasil). E-mail: danilla@ufrn.edu.br.

grupos e classes subalternas do subcontinente. Eis um grande insurgente, o que nos apresentou ao *Socialismo de Nuestra América*: José Carlos Mariátegui (1894-1930).

Mais de noventa anos depois de publicação de um dos livros mais importantes da América Latina e o primeiro a realizar a análise de uma formação econômico social do subcontinente, *Sete Ensaios de Interpretação da realidade Peruana*, Mariátegui permanece atual e necessário. Ao retomar as contribuições desta obra – não só para o Peru, mas com consequências para o marxismo latino-americano e mundial – destacamos as originais contribuições de Mariátegui e sua síntese entre o marxismo enquanto teoria geral e a especificidade da realidade regional da América Latina. Nosso percurso teórico-metodológico, ao passo que é produto, contribui para gerar um espaço de discussão e reflexão de momentos distintos da recepção do marxismo na América Latina, assim como chama ao debate temas que o marxismo lida com alguma dificuldade: o rompimento com o eurocentrismo, a análise da colonialidade, do nacionalismo e de sociedades de desenvolvimento desigual, e, não menos importante, a questão relacional entre raça e classe (e intrinsecamente a questão indígena). Isto não significa dizer, contudo, que são temas negligenciados pela perspectiva marxista, principalmente a partir de correntes e autores que expressam a ala revolucionária do marxismo frente às variantes reformistas e eurocentristas, tampouco significa cobrar a possibilidade de uma iniciativa intelectual de Marx e Engels em que os autores estudem definitivamente a história das lutas de classes particulares de todos os países fora do circuito da Europa.

Neste ensejo, propomos uma análise crítica marxista do movimento *decolonial* ou *giro decolonial* que contemporaneamente se apresenta como um projeto teórico-político de intelectuais latino-americanos – ainda pouco explorado nas universidades brasileiras, principalmente em perspectiva política – e que surge contemporaneamente pela necessidade de romper com o ocidental-centrismo, objetivando, conseqüente, uma renovação crítica das Ciências Sociais no subcontinente. Esse ocidental-centrismo, ou eurocentrismo, se manifesta em diferentes lugares e de diferentes formas no saber e no poder expostos pela divisão imperial/colonial que não se finda com o advento da República e a independência formal dos Estados.

O presente trabalho objetiva indicar que é possível fazer uma síntese fecunda entre decolonialidade e marxismo na sua inclinação não-eurocêntrica sem cair em um essencialismo epistemológico, ou perder o vínculo analítico que é necessário para completar a formação econômica e social do subcontinente, trilhando um projeto revolucionário. Esta discussão foi indicada por Mariátegui ainda na primeira metade do século XX, ao apresentar em suas obras o papel a ser desenvolvido pelos povos indígenas em busca de autonomia, tendo em conta as especificidades regionais usando um aparato teórico revolucionário, sendo o precursor do encontro entre Marx e a América Latina.

Para os que pretendem avançar na luta teórica e de classes na América Latina, o valor da interpretação criadora do marxismo de Mariátegui é inquestionável, pois se debruça também diante das nossas chagas sociais. Figura política marcante no debate marxista nas décadas de 1920 e 1930 na região, suas problematizações apresentaram consequências para o socialismo mundial até os dias de hoje, quando vemos o crescente interesse acadêmico e militante por conhecer e recuperar sua obra.

Mariátegui e o marxismo nos trópicos

Nosso debate está vinculado à ideia de que a constituição de uma nova sociedade e de um novo homem, como falaria Ernesto "Che" Guevara, pensando outra hegemonia, implica uma transformação para uma nova estrutura econômica, nova organização política e também nova orientação ideológica e cultural. Essa reflexão recupera uma preocupação já trazida por alguns marxistas latino-americanos que procuravam analisar as especificidades do subcontinente, e partimos do pressuposto de que um exemplo emblemático é o marxista José Carlos Mariátegui. Problematizou, dentre essas particularidades latino-americanas fundamentalmente sobre o problema da raça na América Latina e sobre o desenvolvimento econômico-político dos indígenas, que compunham 4/5 dos oprimidos do seu país de origem, o Peru, premissa que exigiu esforços teóricos de compreensão da economia, política e culturas presentes no seu território.

Este peruano, nascido na pequena Moquegua, ao sul do país, fez em Lima sua morada e reduto de ideias progressistas, compartilhadas com o movimento operário, estudantil, intelectualidade, artistas e que, decisivamente, creditava aos indígenas o papel de aliados fundamentais na revolução peruana. Na sua biografia, podemos destacar que, ainda na juventude, ao ingressar na carreira de jornalista, percebia-se "uma gradual tendência" em direção ao socialismo mesmo que ainda não tivesse o "instrumental teórico nem a formação política necessários para elaborações mais sofisticadas da realidade" (Pericás, 2006: 174). Ainda neste período publica artigos sobre temas políticos e sociais diversos, sendo eleito vice-presidente do "Círculo de Jornalistas", em consonância com o movimento operário em greve na capital (Pericás, 2006). O Peru estava sob o governo de Augusto Leguía, que ao chegara presidência em 1919 mesmo respondendo a frações burguesas confronta de certa forma a setores da oligarquia, formula uma política indígena "progressista" com alguns grupos intelectuais, uma política governamental que se transforma na sequência em uma política repressiva de 1923 a 1924, levando os grupos intelectuais a se dividirem de acordo com as clivagens políticas da esquerda, conforme podemos ver com a polêmica Mariátegui versus Haya de la Torre²(Escorsim, 2006: 184).

Por seu envolvimento com o movimento estudantil peruano, inspirado em grande medida pela Reforma Universitária de Córdoba, na Argentina³, sua militância –mesmo

² Victor Raúl Haya de la Torre iniciou sua carreira política como o dirigente estudantil no Peru, quando se aproximou de Mariátegui. Fundou a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA) inicialmente pensada como uma frente única anti-imperialista e posteriormente transformada em um partido policlassista. Defendeu uma visão essencialista latino-americana, reinterpretando o marxismo com o objetivo de superá-lo.

³ O movimento estudantil na América Latina, que se iniciou em 1918 com a luta dos estudantes de Córdoba pela reforma da universidade, assinala o nascimento da nova geração latino-americana. E fez com que a agitação posterior em outros países latino-americanos em suas respectivas universidades fosse crescente. Não se tratando de um movimento restrito à universidade, por partir da ideologia e inspiração revolucionária da revolução russa, a greve geral iniciada pelos estudantes da cidade argentina de Córdoba contra a aristocracia continha fundamentalmente três reivindicações: a participação dos estudantes no governo das universidades, a inserção dos povos latino-americanos e sua história na mesma, e a modernização do sistema universitário, onde o corpo docente não tinha representação, não se renovava e carecia de liberdade de cátedra. Partia-se do pleno conhecimento da realidade local e regional, para se construir a partir de um vínculo dialético uma filosofia capaz de oferecer-se como arma intelectual ao proletariado. Falamos em uma reforma que perpassa pelo âmbito da filosofia porque, é precisamente nessas classes médias que se encontra a conexão com seu papel na

que ainda incipiente – e a conseqüente oposição ao presidente Leguía lhe rendeu o fechamento do jornal onde trabalhava à época, o *La Razón*, e um “exílio” na Europa, onde viveu durante os anos de 1919 a 1923, tendo passado maior parte do tempo na Itália, onde casou e teve dois filhos. Vivia como uma espécie de “agente de propaganda do governo no exterior”, alternativa que lhe foi dada para não ser preso em solo peruano. Posteriormente afirmava que somente durante sua estadia na Europa, mais precisamente através da sua experiência de viver por vários anos na Itália e através da passagem por outros países onde vivenciou as experiências do movimento operário nas organizações sindicais e partidárias e os impactos da Revolução Russa, foi capaz de compreender o Peru, tornando-se assim um marxista “convicto e confesso”. Durante a estadia na Europa, Mariátegui é leitor do jovem Gramsci, que estava organizando a imprensa do partido comunista da Itália. Gramsci e Mariátegui, por terem compartilhado do mesmo universo e afã revolucionário, tem maneiras metodológicas semelhantes de se aproximarem em suas leituras do marxismo.

Ainda, deparou-se com uma concepção que nos persegue até os dias atuais: um mundo que não reconhece a América Latina – tampouco a questão indígena – nem o que ela significa ou produz, no campo científico, literário, cultural. A partir de então, utilizou todo um arsenal teórico marxista para atentar para as especificidades das lutas de classes no Peru, que consistia em concentração fundiária e relações servis como relações de dependência estabelecidas com os trabalhadores rurais assalariados.

Tão logo observa essas relações particulares, compreende que o problema da terra e o latifúndio se associam em nossos países também à questão de uma suposta “inferioridade” indígena-racial. Além dessa relação de dominação, era preciso analisar como opera o imperialismo nas nossas terras e como opera o capital estrangeiro, o capital transnacional. O objetivo da análise da formação social peruana – empreendida nos *Siete Ensayos* - era postular possibilidades de se empreender uma revolução socialista no país. Objetivava, assim, postular possibilidades de se empreender uma revolução socialista no país, com perspectiva internacionalista.

Sua postura anti-imperialista é sustentada nesta profunda investigação dos impactos da expansão capitalista em um país dependente como o Peru, e, tão logo se aproxima dos debates junto à III Internacional através do Secretariado Sul-americano Internacional, entre 1927 e 1928, inicia-se um período de tensões estabelecidas a partir do processo de stalinização desta organização. Por conseguinte, dá-se o rompimento com Haya de la Torre, seu grande interlocutor, e seu partido, o APRA, assinalando sua postura marxista “convicta e confessa” contrária a justaposição mecânica dos estágios históricos, leitura hegemônica em parte significativa da esquerda à época. Tal leitura, alinhada às posturas etapistas da *Comintern*, previa que, na América Latina, deveríamos experimentar o desenvolvimento e alianças através de uma revolução democrático-burguesa para resolver os persistentes traços de feudalidade.

Mariátegui se distanciava desta perspectiva porque, em sua interpretação, vivia-se no Peru um desenvolvimento desigual e distinto do europeu, onde, no momento republicano se encontrariam elementos modernizantes da expansão capitalista que se

história. Conforme afirmava Marx na *Crítica à filosofia do direito de Hegel*, a filosofia encontraria no proletariado suas armas materiais, enquanto o proletariado encontraria na filosofia suas armas intelectuais (Marx, [1843] 2005).

combinariam com aquelas estruturas de dominação com elementos arcaicos de estágios históricos anteriores, que não desaparecem com a independência formal dos Estados e o processo forjado de independência.

No texto *El problema de las razas en la América Latina*, originalmente elaborado em 1929 e apresentado na I Conferência Comunista latino-americana, realizada em Buenos Aires⁴, muitas dessas conclusões políticas e seus desdobramentos em relação a esquerda peruana e mundial aparecem com bastante clareza. Nesta tese, desenvolve sobre a necessidade de uma revolução social no país, que partiria também do encontro com a questão indígena e racial no Peru, assim como em outros países que enfrentam problema semelhante na América Latina. Para Mariátegui, o racismo é uma relação social que se estrutura política e economicamente que não pode ser resolvida no capitalismo. A solução do problema indígena seria então uma solução social, onde seus realizadores devem ser os próprios indígenas, em uma frente única proletária onde não cabia espaço para uma burguesia “mediocre, débil, formada no privilégio, sem espírito combativo e organizado” (Mariátegui, 1988 [1929]: 32).

Sua contribuição fundamental e que caracteriza particularmente toda sua obra é o trato da questão indígena-racial, ou seja, como lidar com o racismo no âmbito da luta de classes. Também nos *Siete Ensayos* o autor indica que o comunitarismo indígena possuía características agrárias em grande medida, como um antecedente de auto-organização (Mariátegui, 2008). Esses fatores naturais de socialização da terra presente nos antepassados indígenas atuavam junto ao enfrentamento do atraso no campo, explicitado na persistência do gamonalismo e que encontrava entraves também na associação prematura da oligarquia latifundiária assim como na nascente associação de uma precária burguesia ao imperialismo.

Era necessário que essa tradição mantivesse contato também com o movimento sindical político organizado já existente em Lima, como forma de trazer unidade à classe subalterna. Havia ainda que determinar a direção dessa classe que, para o revolucionário peruano, o sujeito político capaz de cumprir essa missão seria o operário que, durante parte do tempo, principalmente em países de desenvolvimento tardio, seria também durante parte do tempo um trabalhador agrícola.

A evolução do capitalismo e, conseqüentemente da economia mundial, ordena-se em torno da aceleração na acumulação do capital nos sistemas produtivos e da intensificação do comércio internacional, via expansão da organização social do trabalho e incorporando das demais áreas geográficas à economia. E, desta maneira, a existência de mercados externos cumpriu papel fundamental no processo de acumulação, sendo a América Latina uma peça imprescindível para essa acumulação. Mariátegui demonstrou que a visão dominante de mundo se impôs entre os processos civilizatórios diversos não só através da presença cultural, mas também através da exploração dos povos nas relações de produção. Inclusive, a dominação amparada no racismo, segundo Mariátegui, estava pautada numa dupla perspectiva de inferioridade: cultural e material.

⁴ Mariátegui não pôde comparecer ao Congresso de Buenos Aires por conta do seu delicado estado de saúde e vem a falecer alguns meses depois, no ano seguinte. Porém, suas teses foram lidas e debatidas por seus companheiros que compartilhavam o projeto de criar um Partido Socialista no Peru, com maior independência ao modelo e à estratégia da III Internacional.

Esta dominação em perspectiva cultural, material e política é debatida e combatida contemporaneamente sob o prisma da decolonialidade.

Movimento modernidade/colonialidade e o argumento decolonial a partir de uma crítica marxista

A epistemologia colonial foi determinante para que o colonialismo fizesse da América Latina uma sociedade colonialista fundacional, onde, pela primeira vez a colonização e o racismo agiam em favor do capitalismo (Ballestrin, 2012). Vários autores destacam que o fenômeno da colonialidade representaria o lado obscuro da modernidade (Quijano, 1992; Mignolo, 2010). Ao trazer ao debate o colonialismo como uma das formas contemporâneas de dominação, os autores do Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos e, posteriormente, o Grupo Modernidade/Colonialidade buscam fundamentalmente romper esse ciclo e avançar em termos de independência, libertação e emancipação das sociedades exploradas pelo racismo, imperialismo e neocolonialismo. Interessa-nos investigar também que interpretação esses autores realizam dessas categorias políticas, e como essas categorias se realizam contemporaneamente, nas formas atuais de colonialidade, a racialidade e imperialidade.

O sociólogo peruano Aníbal Quijano, um dos fundadores desse movimento de intelectuais no subcontinente e que na atualidade se articulam sob a forma do argumento decolonial, clarifica como a questão do racismo foi funcional às relações capitalistas desenvolvidas na América Latina, intensificando-as:

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista. Se funda na imposição de uma classificação racial/étnica da população mundial como pedra angular de um dito padrão de poder e opera em nada um dos planos, âmbitos e dimensões, materiais e subjetivas, de existência social e cotidiana e a escala societal. Se origina e mundializa a partir da América. (Quijano, 2005: 342)

Os intelectuais já clássicos do grupo decolonial, Aníbal Quijano e o filósofo argentino Enrique Dussel, se debruçam sob a reflexão da colonialidade e sob a maneira com que é recuperada em uma dimensão crítica e política, sem ocultar a permanência do processo de divisão do trabalho que polariza o mundo dentro de uma lógica capitalista. As definições desses intelectuais que estabelecem a versão pós-colonial latino-americana entendem, assim como ressaltou Edward Said ([1978] 2007), que estamos em meio à uma "divisão geográfica imaginária" do mundo.

Outros importantes pesquisadores se juntam ao primeiro grupo e compõem o movimento de estudos subalternos latino-americanos, estabelecendo uma agenda de estudos e trocas de saberes que influenciam decisivamente as teorizações utilizadas para explicar nossa realidade. Num primeiro momento, também são emblemáticos os nomes de Immanuel Wallerstein, Edgardo Lander e Walter Mignolo.

A diversidade de formação e nacionalidades sempre foi uma característica dos intelectuais que compõem o grupo Modernidade/Colonialidade. Entre os mais destacados, podemos citar, além do semiótico argentino Walter Mignolo, o sociólogo

venezuelano Edgardo Lander⁵, o antropólogo colombiano Arturo Escobar, o filósofo argentino Enrique Dussel, o antropólogo venezuelano Fernando Coronil, além do sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein e o sociólogo peruano e um dos já clássicos intelectuais latino-americanos, Aníbal Quijano. Contemporaneamente se juntam ao grupo o filósofo colombiano Santiago Castro-Gómez, o sociólogo porto-riquenho Ramon Grosfoguel, o conhecido sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, a linguista estadunidense Catherine Walsh, a semiótica argentina Zulma Palermo e o filósofo porto-riquenho Nelson Maldonado-Torres.

Luciana Ballestrin nos indica que o pensamento *decolonial* trata de uma elaboração posterior ao que Mignolo teria elaborado com a denominação de Pensamento Fronteiriço (2012: 16, *apud* Ballestrin, 2012):

O pensamento fronteiriço, desde a perspectiva da subalternidade colonial, é um pensamento que não pode ignorar o pensamento da modernidade, mas que não pode tampouco subjugar-se a ele, ainda que o pensamento moderno seja de esquerda ou progressista. O pensamento fronteiriço é o pensamento que afirma o espaço onde o pensamento foi negado pelo pensamento da modernidade, de esquerda ou de direita (Mignolo, 2012: 52, *apud* Bellestrin, 2012).

Michael Löwy observa que existe uma polêmica contra essas tendências eurocêntricas ou ocidental-cêntricas não só na ideologia dominante, mas também no marxismo dominante (ou mais vulgarmente expandido), tanto nas suas variantes social-democrata como estalinista, as duas principais correntes em que cristalizou o pensamento do movimento operário de raiz marxista no século XX (Löwy, 2015). Há uma abrangência de pensamentos e estratégias teóricas entre os que compõem o movimento decolonial, que os diferenciam entre si principalmente quanto à articulação da perspectiva latino-americana e marxista.

Em nossa hipótese, indicamos que algumas perspectivas analíticas e teorias recuperadas pela corrente de autores decoloniais já foram postulados anteriormente por autores marxistas, tendo como exemplo Gramsci e a subalternidade e o indoamericanismo socialista com Mariátegui. Contudo, os autores decoloniais que propõem a necessidade de ruptura com o marxismo muitas vezes descaram a carga revolucionária desses conceitos. Em nossa interpretação, Gramsci e Mariátegui aproximaram a concepção tradicional da política marxista dos subalternos, buscando uma associação entre saber intelectual e vontade popular, indicando elementos que são apresentados pela esquerda decolonial, de forma mais ou menos aproximada, ao passo que se distanciam das visões eurocêntricas do marxismo. Vale destacar também que os dois autores marxistas aqui mencionados realizaram análises de sociedades meridionais, de desenvolvimento desigual.

Walter Mignolo, Ramón Grosfoguel e Edgardo Lander são intelectuais que fazem parte do grupo decolonial e que em grande medida destacam a necessidade de rompimento com todas as grandes narrativas mundiais, incluindo em muitos aspectos o marxismo,

⁵ Lander organiza a principal coletânea publicada pelo grupo "Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas", lançada em 2000 na cidade de Buenos Aires e em português pela CLACSO - Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, em 2005.

por classificarem essa corrente como eurocêntrica e, portanto, referida a um espaço-tempo determinado. Investigam os efeitos da colonialidade na América Latina, revisando a produção teórica europeia e questionando e categorizando essa teorização como insuficiente. Para Grosfoguel (2008), os decoloniais não são marxistas, nem antimarxistas, possuem uma posição crítica apenas ao marxismo eurocêntrico, sem explicitar claramente quais autores comporiam essa vertente não-eurocêntrica do marxismo. Com essa perspectiva, o autor reitera que também no campo marxista os cientificistas reproduzem um eurocentrismo imperial em nível epistemológico.

Com o conceito de diversidade epistêmica em contraponto a uma visão homogeneizada do que representa a análise marxista da sociedade, desconsidera no mínimo que os fundadores do marxismo, Marx e Engels, estudam toda a sucessão histórica dos modos de produção, enfatizando ainda a estreita ligação entre a ascensão da classe burguesa e o colonialismo (Tible, 2014).

Lander (2006) também questiona o marxismo como uma perspectiva adequada para o estudo sobre a América Latina. Ao contrastar a interpretação das mais diversas realidades do subcontinente – fortemente marcado pela colonização e racismo – com as aplicações doutrinárias do marxismo, Lander não encontra lugar dentro do que ele chama de perspectiva “europeizante” do marxismo. Sua crítica é acertada ao questionar a reprodução do eurocentrismo dentro do marxismo, assim como rechaçar a continuidade do pensamento conservador do século XIX trazido em certa medida pela própria “sociologia da modernização” e que se desenvolve em suas diversas versões durante o século XX seja através do neoliberalismo, seja com “as disciplinas acadêmicas institucionalizadas nas universidades do continente” (Lander, 2006: 223). Contudo, desconsidera toda a produção teórico-política e atuação de um marxismo genuinamente latino-americano, como as importantes análises e apropriações como as realizadas por Mariátegui.

Mignolo, tido como o fundador da *opção decolonial*, indica que não há como definir teoricamente essa opção. Para o autor, não se trata de uma missão e sim uma opção que se põe ao debate público no partindo do debate disciplinário da estruturação do saber, realizado primeiramente pelo grupo decolonial (Mignolo, 2002; Mignolo, 2003). Formula o conceito de “pensamento fronteiriço” que resiste a cinco ideologias da modernidade, são elas: o cristianismo, o liberalismo, o conservadorismo, o colonialismo e o marxismo (Mignolo, 2003). Reconhece a importância de autores que no contexto da modernidade eurocêntrica denunciaram o sofrimento humano, como Marx, mas não utilizou as formulações do autor alemão para suas elaborações. Categorias trabalhadas por autores marxistas como Gramsci podem ser verificadas nos aportes teóricos de Mignolo quando o autor argentino fala da importância da manutenção da matriz colonial de poder para o exercício da colonialidade, em termos gramscianos estaria falando do exercício da hegemonia. Quando destaca a importância de se avançar em um projeto descolonizador nas ciências, no saber, também podemos inferir a partir da elaboração gramsciana quanto à importância delegada ao papel dos intelectuais como “cimento histórico” que conformaria esse bloco hegemônico no poder.

Aníbal Quijano e Enrique Dussel compõem o núcleo clássico da teorização sobre descolonização, são pioneiros quando se trata de teorizações a partir de uma perspectiva crítica sobre a América Latina. Quando se fala em produção teórica alternativa à hegemonia vigente na academia na década de 1960, o filósofo Enrique

Dussel ([1975] 1977) explana que os argumentos que formaram o terreno que possibilitou a ascensão do “giro descolonizador” emergiram num difícil espaço de inserção, principalmente porque em muitos países do subcontinente vivenciavam-se ditaduras militares. Na Argentina, por exemplo, seu país de origem, surgiu um grupo que posteriormente se generaliza chamado “Filosofia da Libertação”. Dussel, como muitos outros investigadores, foi exilado para o México, onde desenvolveu sua primeira obra teórica, *Filosofia de la liberación en la América Latina*, de 1975, onde propunha uma mudança no ponto de partida do estudo, tendo como base o oprimido, indo de encontro às tendências modernas da época.

Tratava-se de uma tarefa interdisciplinar empreender um giro descolonizador no saber e na teoria latino-americana. Essa guinada epistemológica modificaria a forma de se produzir saberes partindo do sistema do método, utilizando-se da dialética e totalidade para as formulações dessa corrente clássica decolonial.

Aníbal Quijano, por sua vez, executa uma importante missão teórica ao destacar em seus escritos a função que a América Latina desempenhou no desenvolvimento do capitalismo, indicando que antes da colonização do subcontinente não se usava a definição “raça”, as diferenças de classe estariam delimitadas economicamente e também por meio de outras subjetividades. Aponta-nos que o conceito de *colonialidade do poder* exprime essa nova forma de legitimação das relações de dominação, como divisão racial do trabalho e a difusão de um aparato educacional uno, europeizado, que legitimariam nossa dependência financeira e intelectual (Quijano, 2005). Isto significou a validação das antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade numa perspectiva moderna, ainda segundo o autor.

Enquanto parte do grupo pretende estabelecer uma ruptura com todas as teorias de origem europeia, incluindo a perspectiva marxista, há também os que buscam uma articulação entre o marxismo a superação da colonialidade, do imperialismo e o latino-americanismo, elaborando uma análise materialista de alguns aspectos do argumento decolonial. Importante destacar que esses autores começaram a escrever suas obras ainda na década de 1970, enquanto os demais autores decoloniais, apenas a partir de 1990. Fazer com que os *damnés de la terre*⁶, os subalternos, sejam o ponto de partida, sejam protagonistas das teorias sociais produzidas para e a partir da América Latina, parte fundamentalmente da premissa de que as ciências têm sido funcionais à polarização de mundo e que as formas de dominação que surgiram no processo de colonização europeu continuam atuando contemporaneamente.

As reflexões brevemente apresentadas nos permitem pensar uma relação não eurocêntrica entre marxismo e América Latina, articulando dialeticamente o plano nacional com o internacional, ampliando o debate sobre luta de classes conforme indicada pela perspectiva marxista, trazendo ao debate o colonialismo e o racismo, particularidades que a expansão imperialista como fase superior do capitalismo adotou no subcontinente. Esse debate foi profícuo na primeira fase do marxismo em nossa região, ainda em meados de 1920 e 1930, tendo a obra de Mariátegui a maior visibilidade nesse sentido, por assinalar a necessidade de incorporar o índio e o camponês à luta classista por emancipação das situações de opressão diversas.

⁶ Assim como realizado por Mignolo (2008), trazemos essa expressão para fazer referência direta ao livro de Franz Fanon, *Les damnés de la terre*, onde o autor martiniquenho postula a categoria “condenados da terra”.

Conclusões: a necessária regionalização do marxismo

Podemos dizer que Mariátegui foi precursor de argumentos que contemporaneamente embasam a academia e militância como a *Interseccionalidade*, que nos permite compreender melhor as desigualdades e a sobreposição de opressões e discriminações existentes em nossa sociedade, e a *Decolonialidade*, como uma outra estrutura de pensamento resistente que se contrapõe ao eurocentrismo. Neste trabalho, enfatizamos a decolonialidade por seu aspecto latino-americanista.

Entendemos que em nenhuma dimensão Mariátegui se afasta da perspectiva revolucionária e nem do próprio marxismo. De um marxismo "herético", não dogmático, que pôde manter viva a aplicação do materialismo histórico e dialético à análise de uma situação concreta, buscando as múltiplas determinações que compõem a totalidade social, sem descuidar das particularidades regionais. Abriu a possibilidade de reflexão para um marxismo antiestalinista, antiburocrático e antietapista na América Latina, que não é o hegemônico e que, possivelmente por isso, por muito tempo, determinadas correntes no marxismo latino-americano tiveram dificuldade em pensar em Mariátegui como esse grande nome.

Para Mariátegui o *nosso* socialismo indoamericano deveria buscar na experiência do comunismo incaico, um tipo de economia coletivista no Peru, as chaves para uma revolução latino-americana. Não se trata, contudo, de uma volta a um passado romântico. Tratar-se-ia de uma articulação e aliança com os trabalhadores urbanos: formariam, pois, uma moderna sociedade socialista no Peru. Aliaria o pensamento europeu a uma articulação coletivista. Esse foi mais um dos seus pensamentos originais para problematizar a América Latina.

Debatia sempre sobre a marginalidade a qual se encontravam os indígenas peruanos não se devia a uma suposta superioridade ética, cultural, mas a uma dominação política e econômica levada a cabo pelas classes dominantes principalmente pela dominação territorial. O preconceito vai justificar uma exploração maior da força de trabalho, desta forma, alinha o tema do preconceito racial à luta de classes.

A problemática da colonialidade sempre esteve muito presente na teoria latino-americana, incluindo a teoria política marxista indo-americana, assim como a temática do desenvolvimento desigual esteve presente em estudos para além do subcontinente e na própria Europa, a exemplos de Lênin e Gramsci. Foi com o peruano Mariátegui que pela primeira vez se utilizou desde uma perspectiva crítica e revolucionária, a perspectiva do combate à colonialidade mobilizando sujeitos históricos subalternizados que, organizados em uma frente única de classe, através da consciência de seu papel histórico e por meio da política e ação direta tomariam em suas mãos os rumos da sua história. A descolonização seria, para o revolucionário peruano, a nossa segunda independência. Assim como Mariátegui, a teoria revolucionária de Gramsci também aparece como fundamental para pensarmos e discutirmos as categorias contemporaneamente apresentadas pelo movimento decolonial. Os autores, influenciados pela tradição revolucionária da época, bem como pela análise das experiências locais de auto-organização, vislumbravam na educação das massas – numa concepção mais ampla da educação e formação cultural dos grupos subalternos – uma ferramenta de um projeto político que culminaria na construção do partido revolucionário sob a hegemonia proletária.

Nossa crítica marxista ao grupo decolonial, ao passo que não desconsidera a importância de sua argumentação central, atenta para o fato de que ao pensar em uma descolonização priorizando fatores culturalistas e essencialistas, não se avança numa luta efetiva contra a necessidade de frear a vulnerabilidade do subcontinente frente às mudanças na economia mundial. O avanço do capitalismo através da partilha do mundo entre as grandes potências é objeto de investigação do grupo, contudo, a palavra descolonização ou, como preferimos indicar, a decolonialidade, ganha espaço no vocabulário acadêmico absorvendo diferentes sentidos, promovendo significados distintos e indo, por vezes, de encontro à uma ideia de emancipação e libertação.

Faz-se necessário recuperar o tema da descolonização pelo prisma revolucionário, através da interpretação marxista da realidade concreta, método seguido por Mariátegui, privilegiando um projeto amplo de constituição de uma vontade coletiva nacional-popular, em uma perspectiva gramsciana do termo, autores que nos mostram experiências fecundas de adaptação da análise marxista às realidades locais.

A revisão ou superação do marxismo aparece como um tópico corrente na história das ideias, seja através da influência do revisionismo, seja na fase de burocratização da União Soviética sob o estalinismo, ou mesmo na América Latina, quando se questionou a pertinência da relação de uma análise marxista com a realidade latino-americana, ainda na primeira fase de recepção do marxismo no subcontinente, em meados da década de 1920-1930. Todavia, a fecundidade da teoria marxista para a análise da América Latina, assim como em outros lugares do mundo, se demonstra pela própria capacidade de atualização do capital, assim como pela competência de demonstrar “as condições para a transformação social em situações de capitalismo atrasado”⁷, sendo assim, um prisma relacional nevrálgico para o avanço criativo do movimento decolonial.

O movimento decolonial compõe parte importante na produção teórica contemporânea que nos últimos anos vem expressando as novas tendências de pesquisas que tem como foco a subalternidade latino-americana. Para avançar principalmente no combate dessa subalternidade, nos parece fundamental fomentar um terreno de troca que possibilite desenvolver e movimentar o próprio marxismo, partindo da análise local. Foi quando o marxismo realizou essa tarefa de desenvolver o conhecimento objetivo da realidade e da vontade nacional-popular que se mostrou mais criativo.

Sim, Mariátegui nos convida a descobrir e, mais ainda, a contribuir com a oxigenação do marxismo e a constante recuperação de sua validade. Consolida-se como fonte original para compreender a história do movimento operário e socialista mundial. E, para os revolucionários latino-americanos, continua a ser uma “bússola na jornada”.

Referências

Ballestrin, Luciana. (2012) *O Giro Decolonial e a América Latina*. 36º Encontro Anual da Anpocs: Águas de Lindóia, 2012.

Dussel, Enrique. (1977) *Filosofia da Libertación na América Latina*. São Paulo: Loyola/UNIMEP.

⁷ Portantiero *apud* Santaella, 2015.

- Escorsim, Leila. (2006) *Mariátegui – vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular.
- Grosfoguel, Ramon. (2008) Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 80.
- Lander, Edgardo. (2006) "Marxismo, Eurocentrismo e Colonialismo", In: boron, Atilio et al (orgs). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. São Paulo/Buenos Aires: CLACSO.
- Löwy, Michael. (2015) Entrevista a Michael Löwy. *Analéctica*. Revista Eletrônica de pensamento crítico. Ano I, Nº 9 Agosto. Disponível em: <http://www.analectica.org/articulos/mtzandrade-lowy/>.
- Mariátegui, José Carlos. (1988) El problema de las razas en la América Latina. In: Mariátegui, J. C. *Ideología y política*. Lima: Amauta.
- _____. (2008) *Sete Ensaio de Interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Expressão Popular.
- Manifiesto De La F. U. De Córdoba. (1918); Disponível em: <http://www.reformadel18.unc.edu.ar/manifiesto.htm>.
- Marx, Karl. (2005) *Crítica à filosofia do direito de Hegel*. Boitempo, São Paulo.
- Mignolo, Walter. (2010) *Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Argentina: Ediciones del signo.
- _____. (2003); *Historias locales/disenos globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Ediciones Akal.
- _____. (2002); *The Geopolitics of Knowledge and the Colonial Difference*. *The South Atlantic Quarterly*, 101:1.
- Pericás, Bernardo. Mariátegui e a questão da educação no Peru. *Lua Nova*, São Paulo, nº 68 p.169-204, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n68/a07n68.pdf>. Acesso em: 07 de abr. 2015.
- Quijano, Aníbal. (2005); *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Lander, Edgardo (org). Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO.
- _____. (1992) *Colonialidad y Modernidad-Racionalidade*. In: Bonilla, Heraclio. *Los Conquistados: 1492 y la población indígena de las Américas*. Bogotá: Tercer Mundo, 1992.
- Said, Edward. (2007); *O Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Santaella Gonçalves, R. (2015); *O desafio teórico-político da "Nacionalização do Marxismo" na América Latina: chave analítica e necessidade histórica*. V Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. UNICAMP. Disponível em: <http://conferencias.fflch.usp.br/sdpscp/Vsem/paper/view/339/176>.
- Tible, Jean. (2014); *Marx e os outros*. *Lua Nova*, São Paulo, 199-228. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n91/n91a08.pdf>.